



Ministério da Transparência e
Controladoria-Geral da União

RELATÓRIO Nº 201800074

QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO?

Foi avaliado o Contrato de Contribuição Financeira KfW 2003.66658 – Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável da Amazônia (Gestão Florestal), parcialmente financiado com recursos do Banco Alemão KfW, e executado sob a responsabilidade do Serviço Florestal Brasileiro – SFB (Executor) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio (Coexecutor).

O escopo da auditoria limita-se aos recursos oriundos do KfW, uma vez que a contribuição do Governo Brasileiro foi realizada sem aporte de recursos financeiros. Os exames realizados referem-se ao exercício de 2017.

POR QUE O TRABALHO FOI REALIZADO?

O objetivo principal do trabalho consistiu em realizar a avaliação da execução do Projeto Gestão Florestal, a fim de verificar: os resultados da execução em relação ao estabelecido no Contrato de Contribuição Financeira e no plano de trabalho anual; a adequação da estrutura de gerenciamento do projeto, controles internos e registros financeiros; o cumprimento das cláusulas contratuais de caráter contábil, financeira e gerencial; a correta aplicação dos recursos e a adequabilidade dos demonstrativos financeiros e notas explicativas do Projeto.

QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS? QUAIS RECOMENDAÇÕES FORAM EMITIDAS?

Os achados de auditoria concluíram que os controles internos estão adequados para a implementação das atividades do Projeto no âmbito do Agente Executor e Coexecutor, em seus aspectos mais relevantes, não se identificando inconformidades significativas.



SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO

Relatório de Auditoria Exercício de 2017



Banco Alemão – KFW

Projeto 2003.66658

Gestão Florestal para a Produção
Sustentável na Amazônia

Brasília/DF, 2018

Relatório Dos Auditores Independentes Sobre As Demonstrações Financeiras (SOE) E Cumprimento Das Cláusulas Contratuais De Caráter Contábil-Financeiro-Gerencial

Ao Senhor: Nilton Reis

Coordenador do Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia –
BMZ 2003 66 658

Examinamos as Demonstrações Financeiras - Solicitações de Desembolso Simplificado - SOE nºs 01, do SFB, e 07 e 08 do ICMBio, referentes ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro 2017, e a respectiva Nota Explicativa, incluindo o resumo das principais políticas contábeis adotadas e o cumprimento das cláusulas contratuais de caráter contábil-financeiro gerencial do Acordo de Doação nº 2003 66 658, correspondente ao *"Projeto Gestão Florestal para Produção Sustentável na Amazônia"*, executado pelo Serviço Florestal Brasileiro e pelo Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade, financiado por meio de doação com recursos do Banco Alemão KfW Bankengrupp.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam razoavelmente, em todos os aspectos relevantes, os pagamentos do Projeto em 14 de novembro de 2017, de acordo com o critério contábil descrito nas Notas Explicativas.

Opinião sobre a adequabilidade dos pedidos de desembolso

Consideramos que os Pedidos de Desembolso (SOE) acima referidos e as informações que os suportam, juntamente com os controles e procedimentos internos utilizados para elaborá-los, são razoavelmente confiáveis para sustentar as solicitações ao Banco Alemão KfW Bankengrupp, para o reembolso dos gastos incorridos, os quais são elegíveis para financiamento de acordo com os requisitos estabelecidos no Acordo de Doação nº 2003 66 658.

Opinião sobre o cumprimento das cláusulas contratuais

Em nossa opinião, o Serviço Florestal Brasileiro e o ICMBio vêm adequadamente cumprindo, no que se refere aos aspectos mais relevantes, as cláusulas e disposições de caráter contábil, financeiro e gerencial do Acordo de Doação nº 2003 66 658, bem como das principais leis e disposições nacionais aplicáveis.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA), emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), e os requerimentos específicos do Banco KfW. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “*Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras*”. Somos independentes em relação ao Projeto auditado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Conduta Profissional do Servidor da CGU, e cumprimos com as demais responsabilidades definidas nesse Código. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Sem modificar a nossa opinião, chamamos atenção para o seguinte:

- **Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** a nota explicativa 2017 (Nota 2) descreve a base de elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras, elaboradas para auxiliar a administração do Projeto a demonstrar o cumprimento das disposições do Acordo de Doação acima mencionado. Consequentemente, as demonstrações financeiras podem não servir para outras finalidades.

Responsabilidades da Administração e dos encarregados pela governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Projeto Gestão Florestal é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as cláusulas do Acordo de Doação nº 2003 66 658, estabelecendo diretrizes para elaboração de relatórios financeiros, o que inclui determinar que o critério de caixa constitui uma base contábil aceitável nas circunstâncias, e pelos controles internos julgados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Os encarregados pela governança são responsáveis por supervisionar o processo de elaboração e divulgação das informações financeiras do Projeto.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria

realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria de acordo com as normas de auditoria, nós exercemos julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional durante toda a auditoria. Nós também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para fornecer uma base para a opinião do auditor. O risco de não se detectar uma distorção relevante resultante de fraude é maior que aquele de se detectar uma distorção relevante resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou transgressão dos controles internos.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e eventos subjacentes de forma a alcançar a apresentação adequada.

Em nossa auditoria nos comunicamos com os responsáveis pela governança com relação, entre outras questões, ao alcance e à época planejados da auditoria e às descobertas significativas de auditoria, incluindo quaisquer deficiências significativas nos controles internos que tenhamos identificado durante a auditoria.

Brasília, 13 de junho de 2018.



MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA- GERAL DA UNIÃO

RELATÓRIO Nº: 201800074

UCI: SFC/DI/CGIMA - Coordenação-Geral de Auditoria das Áreas de Integração Nacional e Meio Ambiente

EXERCÍCIO: 2017

UNIDADE AUDITADA: SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

CIDADE: Brasília

UF: DF

RELATÓRIO DE AUDITORIA

I – INTRODUÇÃO

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço nº 201800074, apresentamos os resultados dos exames realizados na gestão do Projeto “*Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia BMZ-No. 2003 66 658*”, parcialmente financiado com recursos do Banco Alemão – KfW, por intermédio do Contrato de Contribuição Financeira e de Execução do Projeto KfW 2003.66658, executado sob a responsabilidade do Serviço Florestal Brasileiro – SFB (“*Executor*”) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio (“*Coexecutor*”), durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

II – ESCOPO DO TRABALHO

Os trabalhos de auditoria foram realizados na sede da Unidade Executora, em Brasília/DF no período de 26/03/2018 a 06/04/2018, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal, as quais são compatíveis com as Normas Internacionais de Auditoria (NIA), aprovadas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), tendo como objetivo verificar:

- a) a execução do Projeto em confronto com as metas estabelecidas no plano de trabalho;

- b) a adequabilidade dos controles internos contábeis, financeiros, patrimoniais e administrativos mantidos pela coordenação do projeto;
- c) o cumprimento, pelo mutuário, das cláusulas contratuais de caráter contábil, financeiro e gerencial;
- d) de forma integrada, a conformidade dos processos de licitação/seleção com as políticas do Banco e da legislação nacional aplicável, a adequabilidade dos pagamentos realizados e das solicitações de desembolso apresentadas ao Banco;
- e) a adequada apresentação das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas do Projeto.

Nenhuma restrição foi imposta aos nossos exames, tendo sido prestadas todas as informações e explicações solicitadas. Os critérios de seleção e a representatividade das amostras de gastos que foram aplicados pela equipe estão a seguir indicados:

- a) Diárias e Passagens: foram gastos R\$ 2.201,30 com diárias, o que representa menos de 1 por cento dos gastos totais do Projeto em 2017. Foi solicitado um processo de diárias, no valor de R\$ 2.201,30, o que representa 100% desse tipo de gasto.
- b) Processos licitatórios: foram analisados dois processos licitatórios na modalidade shopping, selecionados pelo critério da materialidade, equivalendo a aproximadamente 35,14% das licitações realizadas no período, perfazendo o montante de R\$ 282.650,00.
- c) Pagamento de Bens e Serviços: foram realizadas análises sobre quatro processos de pagamentos, selecionados pelo critério de materialidade, equivalendo a aproximadamente 48,71% dos pagamentos do período, perfazendo o montante de R\$ 704.860,80.
- d) Contratação de Serviços de Consultoria: Não ocorreu a contratação de serviços de consultoria no período. Contudo, está previsto o apoio de alguns consultores de curto prazo no âmbito do contrato firmado com a consultoria externa de apoio à gestão do Projeto. Observa-se que este tipo de gasto não é objeto de análise da equipe de auditoria.
- e) Gerenciamento de Bens Patrimoniais: foi analisado um processo de aquisição de bem patrimonial, selecionado pelo critério de materialidade, equivalendo a aproximadamente 99% das aquisições de bens patrimoniais do período, perfazendo o montante de R\$ 306.000,00.
- f) Comprovante de Gastos: durante o exercício de 2017 foram declarados gastos no valor de R\$ 1.295.712,10, referente a despesas no âmbito dos Componentes 2, 4 e 5. A amostra representou aproximadamente 50% do valor declarado no exercício de 2017.

III – RESULTADO DOS EXAMES

1 RECURSOS EXTERNOS

1.1 OUTROS AGENTES FINANCIADORES

1.1.1 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

1.1.1.1 INFORMAÇÃO

Avaliação de Resultados

Fato

O Projeto “*Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia*” tem como objetivo implementar a “*Política nacional de gestão florestal na região de influência da BR-163 e na região Purus-Madeira, em particular em Florestas Nacionais*”, visando promover a conservação e o uso sustentável de florestas nacionais, contribuindo com o desenvolvimento socioeconômico da região de florestas na Amazônia Legal. Para tanto, foram estimados em 36,4 milhões de euros o custo total do projeto, e em até 15,0 milhões de euros a contribuição financeira do KfW.

O órgão executor do Projeto é o Serviço Florestal Brasileiro - SFB e o Coexecutor, o Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Em relação às Unidades responsáveis, os seis componentes previstos no Acordo estão distribuídos e foram executados da seguinte forma:

Quadro —Componentes do Projeto

Componentes do Projeto	Unidade Responsável
Componente 1 - Fortalecimento Institucional do SFB	SFB
Componente 2 - Implementação de Florestas Nacionais – FLONAs	ICMBio
Componente 3 - Treinamento e Capacitação para o Manejo Florestal	SFB
Componente 4 - Difusão de sistemas de produção silvicultural com espécies nativas	SFB
Componente 5 - Difusão tecnológica para a utilização de resíduos florestais para produção de energia	SFB
Componente 6 - Coordenação do Projeto	SFB

Fonte: Acordo de Doação

Até a data de 31 de dezembro de 2017, foram desembolsados junto ao Banco recursos da ordem de € 3.889.300,12, equivalentes a 25,93% do valor previsto para o financiamento. A contrapartida do Projeto é não financeira, apresentada no Plano Operativo Anual – POA de cada exercício. Em 2017, o POA foi aprovado pelo KfW em 03/03/2017. Os valores executados estão detalhados nos quadros a seguir:

Quadro – Valor Executado

Moeda: Euros

Unidade Executora	Valor do Acordo	Execução - 2016	Execução - 2017	Execução - Acumulada	Execução - %
SFB	6.873.382,43	511.927,82	125.096,42	637.024,24	9,27
ICMBio	5.980.228,57	1.124.604,48	542.058,08	1.666.662,56	27,87
Desembolso Direto – Consultoria	2.146.389,00	1.207.500,00	378.113,32	1.585.613,32	73,87

Total	15.000.000,00	2.844.032,30	1.045.267,82	3.889.300,12	25,93
-------	---------------	--------------	--------------	--------------	-------

Fonte: Relatórios Trimestrais de Consultoria e SOEs.

Quadro – Previsão x Execução por Ano

ANO	% DE EXECUÇÃO
2013	5,24
2014	11,08
2015	14,18
2016	18,96
2017	25,93

Fonte: Relatório de Auditoria nº 201604728, Relatórios Trimestrais de Consultoria e SOEs.

De acordo com o Contrato de Contribuição Financeira, que foi assinado em 16/12/2011, o KfW poderia se recusar a efetuar desembolsos após 31/12/2016, entretanto, segundo informações apresentadas pelo Projeto, o Banco se comprometeu a realizar desembolsos até 31/12/2018, desde que haja “*Comprovação por parte do Serviço Florestal de boa performance de implementação do projeto e que os acordos feitos com o KfW ao longo da sua implementação sejam cumpridos*”.

Neste sentido, os quadros acima demonstram que o Projeto não tem mantido uma boa performance na implementação do Projeto, situação já apontada em relatórios de auditorias anteriores, e que pode comprometer os desembolsos do Projeto. No item a seguir deste Relatório iremos detalhar o assunto.

1.1.1.2 INFORMAÇÃO

Baixa Execução Física e Financeira do Projeto

Fato

Quanto à execução física e financeira do projeto no decorrer da sua vigência, os relatórios da CGU têm apontado a baixa execução. Não obstante, os referidos relatórios também apontam que a Unidade Executora e Coexecutora, juntamente, com a Consultoria contratada para apoiar a gestão, estavam adotando providências para superar as dificuldades e executar de forma tempestiva as atividades previstas no Acordo de Doação.

A tabela e os quadros abaixo confirmam a baixa execução física e financeira do Projeto no exercício de 2017:

Tabela : Execução x Planejamento em 2017

Componente	Planejado (euros)	Executado (euros)	% de execução
1	955.513,01	0,00	0
2	1.891.594,46	542.058,08	28,65

3	345.615,95	0,00	0
4	250.154,18	44.239,67	17,68
5	370.815,95	80.856,75	21,81
6	608.810,81	378.113,32	62,11
TOTAL	4.422.504,36	1.045.267,82	23,64

Fonte: 3º Relatório Anual e 12º/13º Relatórios Trimestrais

Quadro: Atividades executadas em 2017

Componente	Principais atividades executadas
1	- Atividades não finalizadas no exercício de 2017.
2	<ul style="list-style-type: none"> - Conclusão da demarcação de 8 Unidades (FLONAS), sendo que Macauã e São Francisco está aguardando a empresa entregar os produtos. - Projeto da Sede ADM de Humaitá e das bases de campo de Bom Futuro e Jacundá contratados, elaborados e Recebidos. Resta, finaliza o projeto de reforma da FLONA Pau Rosa. - Implementação da gestão das Flonas (aquisição de veículos e equipamentos, pagamentos de manutenção e combustível de veículos); - Apoio aos Conselhos Consultivos das Flonas.
3	- Atividades não finalizadas no exercício de 2017.
4	- Pagamento do produto 3, referente à Proposta de Modelo de Gestão de Silvicultura de Espécies Nativas na Região do Distrito Florestal da BR-163, no Estado do Pará (Centro de Desenvolvimento Florestal de Silvicultura – CDFS).
5	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de Máquina universal de ensaios. (recebido e pago). - Diárias concedida a Colaborador visando a coleta de material de 11 espécies arbóreas na FLONA Jacundá/RO para identificação e estudos.
6	Apoio à gestão do Projeto.

Fonte: 3º Relatório Anual e 12º/13º Relatórios Trimestrais

Quadro: Principais atividades previstas e não executadas.

Componente	Principais atividades previstas e não executadas
1	<ul style="list-style-type: none"> - Construção das unidades regionais. - Aquisição de mobiliário visando equipar as Unidades regionais. - Aquisição de equipamentos de telecomunicações para a região de Porto Velho e Santarém.

2	<ul style="list-style-type: none"> - Demarcação da Floresta Nacional Amanã. - Elaboração dos Planos de Manejos das Flonas; - Elaboração de projeto e reforma/construção de sedes das Flonas. - Elaboração do inventário florestal; - Aquisição de equipamentos para as Flonas; - Capacitação dos servidores da Flona.
3	<ul style="list-style-type: none"> - Consolidar arranjo institucional para a gestão do Centro – CDFS. - Construir e equipar CDFS. - Elaborar e implantar Portal Institucional e ambiente EAD – CDFS. - Efetuar capacitações em atividades florestais sustentáveis.
4	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do projeto de construção do CDFS. - Implementar as Áreas Experimentais de Silvicultura.
5	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar estudos de determinação do potencial socioeconômico do aproveitamento de resíduos florestais e do processamento da matéria prima. - Realização de ensaios de caracterização tecnológica das amostras de resíduos florestais. - Adequar e modernizar o laboratório responsável pela realização dos estudos de caracterização dos resíduos florestais.

Fonte: 3º Relatório Anual e 12º/13º Relatórios Trimestrais

Assim, verificamos, da tabela e quadros acima, que estavam previstas atividades importantes, tais como: demarcações de florestas nacionais, elaboração de projetos e as respectivas construções das Flonas, cujas licitações estavam paradas ou não foram iniciadas.

Tais situações tem impacto negativo para a gestão do Projeto. Em relação a essa realidade, a Consultoria, responsável pelo apoio à Gestão do Projeto, identificou fragilidades e emitiu recomendações para saná-la, quando da expedição do 3º Relatório Anual e dos 12º e 13º Relatórios Trimestrais da Consultoria, as quais transcrevemos a seguir:

Fragilidades externas que fogem ao controle do Projeto:

- Inundação fluvial impossibilitando a construção em terreno cedido.
- Demora em cessão/transferência de terreno da União/Estado/Município para o Projeto.
- Suspensão de processo licitatório/contratação por determinação de órgão de controle externo.
- Demora na resposta de “não objeção” pelo KfW.

Fragilidades internas que permitem o controle do Projeto:

- Demora na execução dos processos licitatórios.
- Falha no planejamento inicial de licitações/contratações.
- Falta de reuniões mensais de coordenação do Projeto.

Recomendações que visam mitigar as fragilidades:

- Que o SFB priorize os processos de licitação/contratação, considerando o término do Projeto em 2018.
- Que o SFB avalie junto à Consultoria Jurídica a possibilidade da utilização da Modalidade Tomada de Preço/Shopping como forma de dar celeridade a execução do projeto.
- Que a parte técnica responsável pelos processos de aquisições do ICMBio faça estudos para definir qual a melhor modalidade a ser aplicada em licitações.

Desta forma, é importante que as Unidades Executoras e Coexecutoras observem as recomendações expedidas pela Consultoria.

Por fim, registramos o esforço despendido pelas Unidades executoras do Projeto, juntamente, com a Consultoria, para mudar a realidade de baixa execução física e financeira do Projeto, diante de fatores, que em alguns casos, fogem ao seu controle e impactam negativamente o atingimento dos resultados planejados. Neste esforço, recomendamos que se adotem medidas, em conjunto com a Consultoria, que mitiguem esses desafios, tais como: monitoramento constante da execução dos componentes do Projeto e o aperfeiçoamento da metodologia de elaboração do Plano Operativo Anual - POA e Plano de Aquisição e Contratações - PAC, considerando as dificuldades inerentes à gestão do Projeto e as novas propostas apresentadas pelo Executor e Coexecutor, considerando a prorrogação da vigência do Projeto até 2020, conforme consta do 3º Relatório Anual da Consultoria.

1.1.2 Acompanhamento de Recomendações da CGU

1.1.2.1 INFORMAÇÃO

Acompanhamento de Recomendações da CGU

Fato

Foram apresentadas, pela direção do projeto, as providências e/ou justificativas relativas às recomendações formuladas pela CGU em exercícios anteriores, sendo o resultado da análise procedida pela equipe de auditoria apresentado a seguir:

Nº do Relatório de Auditoria/Exercício: 201600012, exercício de 2015.

Item do Relatório: 1.1.8.2

Nº e Texto da Recomendação: 001 – *“Que, após a entrega dos produtos, seja feito um estudo criterioso sobre a viabilidade da implantação do Centro de Silvicultura no local de abrangência do projeto”.*

Providências Informadas pelo Projeto: *“Em cumprimento a recomendação da CGU foram desenvolvidos estudos minuciosos visando a modelagem para gestão institucional*

do Centro de Desenvolvimento Florestal Sustentável (CDFS) do SFB nas áreas de silvicultura e manejo de espécies florestais nativas na amazônia brasileira.

Os estudos produziram :

- Relatório analítico contendo a síntese das experiências na área de capacitação e difusão de práticas de manejo florestal e silvicultura de espécies nativas, para coleta de subsídios à construção dos modelos de gestão do CDFS: (a) de centros de difusão e capacitação em manejo florestal e silvicultura de espécies nativas no Brasil e nas demais regiões tropicais do mundo, (b) experiências de arranjos dos setores públicos e privados que subsidiem a modelagem do CDFS (c) prospecção dos locais que atendam as demandas do CDFS para o estabelecimento de Unidades Demonstrativas e Práticas;*
- Propostas de modelagens de arranjos administrativos e financeiros para o Centro de Desenvolvimento Florestal Sustentável do SFB para um período de longo prazo (10 anos);*
- Relatório final consolidado contendo propostas de modelos de gestão técnico - pedagógica, administrativa e financeira do CDFS.*

Segue, em anexo, os estudos:

MODELAGEM DE GESTÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL SUSTENTÁVEL (CDFS) DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Produto 1

Síntese das experiências nas áreas de ações educativas em atividades florestais, com ênfase em manejo florestal e silvicultura de espécies nativas para coleta de subsídios à construção dos modelos de gestão do Centro de Desenvolvimento Florestal Sustentável – CDFS

Produto 2

Propostas de modelagens de arranjos administrativos e financeiros para o Centro de Desenvolvimento Florestal Sustentável - CDFS do Serviço Florestal Brasileiro - SFB para um período de longo prazo (10 anos).

Produto 3

Plano de Sustentabilidade Financeira do Centro de Desenvolvimento Sustentável Florestal –CDFS

Quanto à implementação dos Centros de Desenvolvimento Florestal Sustentável (CDFS), em 2017, o SFB definiu o modelo de gestão todos os centros a serem criados, bem como definiu o escopo de atuação do CDFS a ser implementado na região da BR 163 (no estado do Pará), e deu início a realização do estudo de sustentabilidade econômica do CDFS BR 163, necessária para dar início a modelagem da contratação da Organização Social (OS)”.

Análise da Equipe: Considerando que foi apresentado um estudo criterioso sobre a viabilidade de implantação do Centro de Silvicultura no local de abrangência do projeto, concluímos que a recomendação foi atendida.

Situação atual: Atendida.

Item do Relatório: 1.1.8.2

Nº e Texto da Recomendação: 002 – “*Que, em relação aos estudos feitos em Paragominas/PA, a unidade informe de que forma aproveitará os produtos já entregues pela empresa contratada, apresentando um plano de ação, ou apure a responsabilidade pelos prejuízos causados ao erário*”.

Providências Informadas pelo Projeto: “*Estão previstos no projeto “Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia” (BMZ 2003 66 658) a implantação de centros na região da BR 163, com o objetivo de difundir prática de silvicultura de espécies nativas e de realizar capacitação em manejo florestal, no âmbito dos componentes 3 e 4.*

Desde dezembro de 2015, os componentes 3 e 4 encontram-se sob a coordenação da Diretoria de Cadastro e Fomento (DCF), a qual estabeleceu como estratégia de implementação dos componentes uma análise integrada da viabilidade de ambos centros (de difusão em silvicultura e em capacitação em manejo).

Para tanto foi desenvolvido Plano de Ação, tendo como umas das atividades a contratação da consultoria (MODELAGEM DE GESTÃO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL SUSTENTÁVEL (CDFS) DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA), que desenvolveu seus trabalhos visando estabelecer sinergias, complementariedade e integração entre as consultorias - Modelagem técnico-pedagógica para capacitação na área o manejo florestal, como subsídios a gestão do Centro de Desenvolvimento Florestal Sustentável (CDFS) do Serviço Florestal Brasileiro, bem como, nos resultados do produtos da empresa STCP que subsidiaram a concepção do Componente 4 do Projeto.

Cabe destacar que dentre as suas competências incumbe ao SFB coordenar a implantação dos centros de desenvolvimento florestal. Portanto, os estudos realizados serão aplicados nos demais centros do SFB.

Os estudos subsidiarão o desenvolvimento do plano de negócios do Programa Arboretum, experiência semelhante ao CDFS de Santarém, que já está em funcionamento na cidade de Teixeira de Freitas, no sul da Bahia. As consultorias também serão elementos de estudo na implantação das três futuras bases regionais de referência do SFB.

O SFB estuda integrar os dois CDFS (Santarém e Arboretum) a 3 bases regionais de referência nos municípios de Sinop (MT), Porto Velho (RO) e Marabá (PA), de forma a ampliar a área de sua atuação. Espera-se que este conjunto de centros e unidades sejam preparadas para capacitar e dar assistência técnica às comunidades no processo de recuperação, na coleta de sementes florestais bem como possam apoiar o processo de comercialização dos produtos florestais junto ao público atendido, proporcionando assim apoio a inclusão produtiva de agricultores familiares e comunidades tradicionais.(...).

Análise da Equipe: Tendo em vista que ficou comprovado o aproveitamento dos produtos entregues, referentes aos estudos feitos em Paragominas/PA, considerando que o SFB demonstrou que os estudos subsidiarão o desenvolvimento do plano de negócios do Programa Arboretum, e, também, subsidiará a gestão dos demais Centros de Desenvolvimento Florestal Sustentável (CDFS), concluímos que a recomendação foi atendida.

Situação atual: Atendida.

Nº do Relatório de Auditoria/Exercício: 201604728 – exercício de 2016.

Item do Relatório: 1.1.7.2

Nº e Texto da Recomendação: 001 – *“Substituir na próxima SOE o valor de R\$ 616,93 e realizar os ajustes no SIAFI referente ao valor de R\$ 2.520,00 lançado em duplicidade”.*

Providências Informadas pelo Projeto: *“O valor de R\$ 616,93 será substituído na próxima Prestação de Contas de 2018. O valor de R\$ 2.520,00 é referente a despesas executadas pelo ICMBio.”.*

Análise da Equipe: A Unidade informou que a substituição do valor de R\$ 616,93 será feito na prestação de contas de 2018, e comprovou que o valor de R\$ 2.520,00 foi regularizado no SIAFI, portanto, concluímos que as providências informadas atende parcialmente à recomendação, somente sanando a situação do valor a ser regularizado no SIAFI. Neste sentido, a recomendação passa a ser: *“Substituir na próxima SOE o valor de R\$ 616,93”.*

Situação atual: Pendente de atendimento, sem impacto na gestão do projeto no exercício.

Item do Relatório: 1.1.9.2

Nº e Texto da Recomendação: 001 – *“Que seja abatido na próxima SOE o valor de R\$ 4.619,39, referente a pagamento de passagens a servidores do ICMBio”.*

Providências Informadas pelo Projeto: *“Para regularizar os pagamentos das passagens inelegíveis do projeto (servidores ICMBio), foi solicitado inclusão de dotação orçamentária e anulação parcial da Nota de Empenho 2017NE800009 referente ao processo 02209.011049/2017-33 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA O DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES DE EDUCAÇÃO A DISTANCIA (EAD) - FLs 163. FLS 165 Apostilamento na fonte 100 (Recursos do Tesouro). Em 19 de Fevereiro de 2018 foi emitido o empenho NUMERO: 2018NE800001 no valor de R\$ 10.260,39. Do Montante de R\$ 10.260,39 - R\$ 4.619,39 são referentes as despesas passagens servidores ICMBio e R\$ 5.641,00 são referentes a diárias pagas com recursos do projeto e que devem ser substituídas para regularização”.*

Análise da Equipe: Considerando que a substituição ainda não foi realizada, concluímos que as providências informadas não atende à recomendação.

Situação atual: Pendente de atendimento, sem impacto na gestão do projeto no exercício.

Item do Relatório: 1.1.9.2

Nº e Texto da Recomendação: 002 – *“Quanto aos pagamentos de diárias e adicional de deslocamento, considerando que em alguns casos ainda poderá haver apresentação da prestação de contas, que o Projeto apresente, no prazo de 90 dias, quais os valores a serem abatidos na próxima SOE.”.*

Providências Informadas pelo Projeto: *“Após conciliação dos pagamentos de diárias e adicional de deslocamento foi constatado o montante de R\$ 5.641,00 a ser regularizado. Para regularizar os pagamentos das diárias foi solicitado inclusão de dotação orçamentária e anulação parcial da Nota de Empenho 2017NE800009 referente ao processo 02209.011049/2017-33 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA O DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES DE EDUCAÇÃO A DISTANCIA (EAD) - FLs 163. FLS 165 Apostilamento na fonte 100 (Recursos do Tesouro). Em 19 de Fevereiro de 2018 foi emitido o empenho NUMERO:*

2018NE800001 no valor de R\$ 10.260,39. Do Montante de R\$ 10.260,39 - R\$ 4.619,39 são referentes as despesas passagens servidores ICMBio e R\$ 5.641,00 são referentes a diárias pagas com recursos do projeto e que devem ser substituídas para regularização”.

Análise da Equipe: Considerando que a Unidade apresentou os valores a serem abatidos na próxima SOE, mas ainda não substituiu esses valores, continuaremos monitorando a recomendação.

Situação atual: Pendente de atendimento, sem impacto na gestão do projeto no exercício.

Item do Relatório: 1.1.9.2

Nº e Texto da Recomendação: 003 – “*Quanto aos bilhetes não utilizados, no valor de R\$ 10.159,40, recomenda-se ao Projeto solicitar o crédito ou o reaproveitamento dos bilhetes de viagens pagos e apresentar a esta CGU os respectivos comprovantes*”.

Providências Informadas pelo Projeto: “*Foram devolvidos R\$ 3.126,37. Para a fonte do Projeto (195) - R\$ 2.199,64. Para a fonte Tesouro (100) - R\$ 926,73. Será necessário o ajuste com internalização do montante de R\$ 926,73 na fonte 195. Fatura - Valor do Crédito - PCDP - Documento SIAFI. set/16 - R\$ 116,07 - 1128/16 - ob 801555. out/16 - R\$ 616,93 - 1068; 1070; 1071; 1075; 1080/16 - ob 801775. out/16 - R\$ 894,82 - 1316/16 - ob 801777. nov/16 - R\$ 522,38 - 1574; 1583/16 - ob 801865. nov/16 - R\$ 200,19 - 1447/16 - ob 800324. jan/17 - R\$ 226,86 - 1114/16 - ob 800007. jan/17 - R\$ 499,68 - 1516; 1543/16 - ob 800010. set/17 - R\$ 49,44 - 1104; 1114/16 - ns 1466*”.

Análise da Equipe: Considerando que não foram apresentados os comprovantes das medidas adotadas, concluímos que as providências informadas não atende plenamente à recomendação.

Situação atual: Pendente de atendimento, sem impacto na gestão do projeto no exercício.

Item do Relatório: 1.1.9.2

Nº e Texto da Recomendação: 004 – “*Que seja aperfeiçoada a rotina de acompanhamento e aprovação das concessões de diárias e passagens, bem como da cobrança das prestações de contas, encaminhando a esta CGU o novo fluxo definido*”.

Providências Informadas pelo Projeto: “*Foram aprimorados os controles com conciliações e elaboração de planilhas de controle. Todos beneficiários que estão pendentes com a prestação de contas das viagens foram notificados por ofício. Quanto ao novo fluxo de autorização, como não existiram treinamentos presenciais em 2017, com pagamentos de diárias e passagens, ainda não foi colocado em prática. Porém, uma opção a ser implementada é que a autorização de pagamento de diárias seja efetuada apenas após a confirmação da chegada do interessado ao local dos cursos*”.

Análise da Equipe: Considerando que o novo fluxo de autorização ainda foi definido, e que não existiram treinamentos presenciais em 2017, concluímos que as providências informadas não atende plenamente à recomendação.

Situação atual: Pendente de atendimento, sem impacto na gestão do projeto no exercício.

Item do Relatório: 1.1.10.2

Nº e Texto da Recomendação: 001 – “*Que na próxima SOE, seja abatido o valor de R\$ 390,00, referente ao pagamento de gasto inelegível*”.

Providências Informadas pelo Projeto: “Na Prestação de Contas 01 de 2017 foi solicitado reembolso a menor em R\$ 390,00”.

Análise da Equipe: Considerando que foi realizado o abatimento no Solicitação de Alimentação nº 001/2017, concluímos que a recomendação foi atendida.

Situação atual: Atendida.

1.1.3 Avaliação de Controles Internos

1.1.3.1 INFORMAÇÃO

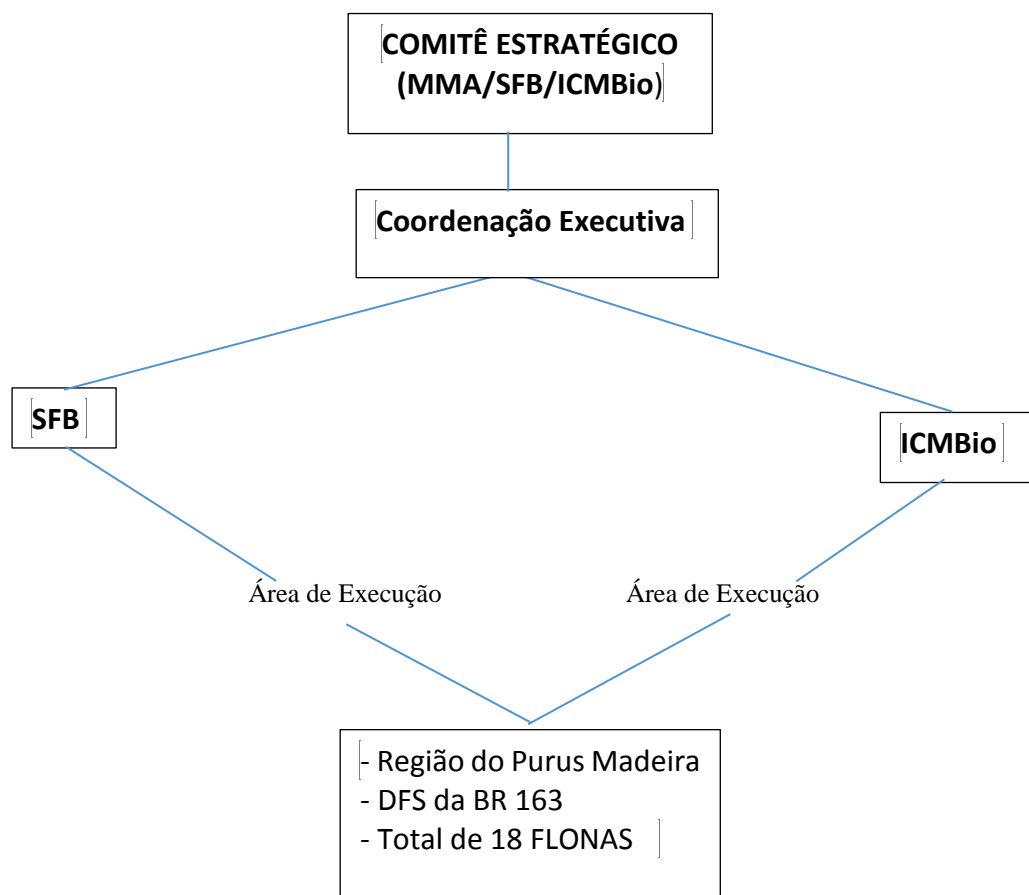
Avaliação de Controles Internos

Fato

O Projeto é executado pelo Ministério do Meio Ambiente por intermédio do Serviço Florestal Brasileiro – SFB e do Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade – ICMBio, apoiados por uma equipe de consultoria permanente do Consórcio IP CONSULT/NIRAS/Detzel Consulting, contratada pelo KfW desde 2014.

A Unidade de Coordenação do Projeto conta com um Comitê Estratégico e uma Coordenação Executiva, instituídos por meio da Portaria nº 137, de 18/07/2013, alterada pelas Portarias de nºs 77 e 537, de 18/03/2016 respectivamente. Além disso, por intermédio da Portaria nº 656, de 13/10/2016, a composição da unidade de execução do ICMBio foi alterada, conforme o organograma a seguir:

COORDENAÇÃO DO PROJETO Organograma



Segundo informações apresentadas pelo Projeto, no âmbito do SFB, a “*Estrutura de pessoal é suficiente para executar adequadamente as atividades e metas previstas no Contrato de Contribuição Financeira e Acordo em Separado*”, já em relação ao ICMBio, o Projeto considerou que a estrutura estava adequada, porém pela grande quantidade de trabalho demandada, houve a necessidade da contratação de funcionária terceirizada para compor a equipe em 2018.

Quanto aos procedimentos de controles internos existentes, segundo informações do Projeto, verificou-se que o Manual Operativo do Projeto - MAP, embora tenha sido elaborado, ainda não foi aprovado pelo KfW. Destacamos que a existência do Manual é de suma importância para viabilizar o atingimento tempestivo dos objetivos e metas previamente traçadas, estabelecendo rotinas, fluxos de autorização, pagamentos, prestação de contas, limites e modalidades de licitação, e padronizando procedimentos.

Em relação à execução dos procedimentos de controles internos existentes, consideramos que houve uma melhora com a participação mais efetiva da equipe de consultoria contratada. Entretanto, é necessário adotar medidas que evite antecipadamente as fragilidades apontadas no Relatório Anual e o 12º e 13º Relatório Trimestral da Consultoria Externa do Projeto – Setembro a Novembro 2017, tais como: demora na execução dos processos licitatórios; falha no planejamento inicial de licitações/contratações, e falta de reuniões mensais de coordenação do Projeto. Sendo que neste contexto, recomendou-se que o Projeto priorize os processos de licitação/contratação, considerando o término do Projeto em 2018, e avalie as atividades relacionadas aos processos de aquisição visando dar celeridade a execução do projeto.

Observamos que tal demora na execução do Projeto, pode comprometer atividades necessárias para se conseguir implementar de forma satisfatória a Política Nacional de Gestão Florestal na região de influência do Projeto, tais como: finalizações dos processos de construções das Unidades Regionais (Florestas Nacionais - Flonas), aquisições de mobiliários e de equipamentos para as Flonas; finalizações dos processos de elaborações de inventários florestais, planos de manejo das Flonas, demarcações de florestas; e outras.

Assim, consideramos que, no exercício examinado, houve avanços em alguns aspectos do controle interno com a identificação dos riscos existentes (inundações fluviais, demora na execução de licitações, falhas de planejamento, etc.), e a elaboração de recomendações por parte da Consultoria visando contribuir com a melhor execução do Projeto. A expectativa é que, com a implementação de tais recomendações, o Projeto passe a estar adequadamente estruturado para o desempenho das atividades previstas na Doação, e que as atividades dos controles internos fiquem adequadas e suficientes para a retomada eficiente e eficaz na gestão do Projeto.

1.1.4 Avaliação e Monitoramento Externo

1.1.4.1 INFORMAÇÃO

Monitoria e Avaliação Externa

Fato

Quanto à existência, no exercício auditado, de determinações/recomendações decorrentes de missões de monitoria ou avaliação do Banco, da SEAIN/MP, do Tribunal de Contas da União (TCU) ou outros órgãos de controle, não constatamos a existência de recomendações ou orientações pendentes de implementação por parte da agência executora do projeto, exceto, as determinações do Acórdão TCU nº 2.567/2017, que transcrevemos a seguir:

“9.4. determinar, ainda, que, no caso do lançamento de novo certame com o mesmo objeto do Pregão Eletrônico 23/2016 (atualmente revogado), o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) informe previamente o TCU sobre esse evento, apresentando as minutas do edital e do contrato, entre outros documentos inerentes ao novo certame, sem prejuízo de, desde já, orientar o SFB no sentido de que:

9.4.1. não se encontrava devidamente justificada, de forma expressa e pública, a utilização do sistema de registro de preços para a contratação do objeto previsto no Pregão Eletrônico 23/2016, já que a utilização do SRP deveria estar adstrita às hipóteses do Decreto nº 7.892, de 2013 (v. g.: Acórdãos 113/2012, 757/2015 e 2.842/2016, do Plenário);

9.4.2. a reincidência das mesmas falhas detectadas no Pregão Eletrônico 23/2016 em futuros procedimentos licitatórios tende a afastar a presunção de boa-fé em benefício dos gestores e, assim, tende a sujeitar os responsáveis às sanções previstas na Lei nº 8.443, de 1992”.

Segundo informações apresentadas pelo Projeto, *“Em 05/12/2017, a Coordenação Executiva do Projeto foi comunicada pela Gerência de Tecnologia da Informação do SFB que não seria possível concluir o processo de aquisição no ano de 2017. Os recursos previstos na LOA/2017 para a aquisição do VOIP eram na fonte 195 (Doação Banco KfW – Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia). Não existindo tempo hábil para contratação dos serviços ainda em 2017 e a falta de previsão de orçamento em 2018 para suprir a contratação, o processo foi encerrado”.*

Tais informações foram ratificadas por esta auditoria, quando da análise do 3º Relatório Anual da Consultoria, onde consta que o processo licitatório foi encerrado definitivamente por solicitação do SFB. Assim, considerando que embora o Projeto se encerra em 2018, existe proposta de prorrogação na sua vigência até 2020, neste contexto, mantemos o acompanhamento da determinação em próximas auditorias a serem realizadas por esta CGU.

1.1.5 Cumprimento de Cláusulas Contratuais

1.1.5.1 INFORMAÇÃO

Cumprimento de Cláusulas Contratuais.

Fato

Verificamos o adequado cumprimento, pelas Unidades Executoras do Projeto, das cláusulas de caráter contábil-financeiro-gerencial do Acordo de Doação.

1.1.6 Comprovantes de Gastos junto ao Agente Financeiro

1.1.6.1 INFORMAÇÃO

Análise das Justificativas de Gastos.

Fato

Analizamos as solicitações de desembolso nº 01/2017 do SFB, no valor de R\$ 481.127,06, e a de nº 07 e 08 do ICMBio, nos valores de R\$ 1.626.048,93 e R\$ 455.106,56 respectivamente, apresentados ao Banco durante o exercício objeto de nossos exames, e, por amostragem, os respectivos processos de aquisição e pagamento, e as despesas neles informadas, sendo constatado, que essas despesas:

- i) estavam apoiadas em documentação original comprobatória;
- ii) são elegíveis para alocação ao programa e para financiamento do Banco, conforme o caso; e,
- iii) foram aplicadas em atendimento exclusivo às finalidades do Programa.

1.1.7 Demonstrações Financeiras

1.1.7.1 INFORMAÇÃO

Demonstrações Financeiras

Fato

Verificamos que as Demonstrações Financeiras Básicas e Notas Explicativas do Projeto, foram devidamente formalizadas e refletem, em seus aspectos mais relevantes, os aportes de recursos e a execução das despesas em conformidade com as categorias de gastos e componentes programáticos do projeto.

Destacamos que no âmbito do Projeto, as demonstrações financeiras básicas são realizadas na modalidade de Reembolso Simplificado, conforme previsto no Anexo 6 do Acordo em Separado. Assim, o Projeto apresenta ao KFW, como prestação de contas, as Solicitações de Desembolso Simplificado – SOEs e a Relação de Despesa referente a essas solicitações. As SOEs espelham os pagamentos efetuados no exercício, com exceção dos pagamentos realizados à consultoria de apoio à gestão, cuja contratação foi realizada na modalidade de desembolso direto, ou seja, sem trânsito pela Conta Especial.

Em 2017 foram encaminhadas ao Banco uma prestação de contas por meio do Ofício nº 219/2017/DCF/SFB/MMA, de 30/10/2017, no valor de R\$ 2.106.786,01, a qual englobou os valores de R\$ 481.127,08 - Solicitação de Desembolso SOE 001/2017/SFB e R\$ 1.626.048,93 - Solicitação de Desembolso – SOE 007/ICMBio. Destacamos que o SOE 007/ICMBio foi feito a menor no valor de R\$ 390,00, referente à ajuste de exercício anterior, passando o total a ser R\$ 1.625.658,93.

Em seguida, o Projeto por intermédio do Ofício nº 31/2017/GEFI/DCF/SFB/MMA, de 01/12/2017, encaminhou a prestação de contas, no valor de R\$ 455.106,56, contendo a Solicitação de Desembolso – SOE 008/ICMBio. Destacamos que de acordo com

informações do Projeto, os pedidos de reembolso foram apresentados apenas em reais por orientação do Banco.

Verificamos ainda, em virtude dos valores consolidados nessas demonstrações, que a execução orçamentária do Projeto foi feita em observância aos limites de despesa fixados no Acordo de Doação.

1.1.8 CONTROLES PATRIMONIAIS

1.1.8.1 INFORMAÇÃO

Gerenciamento de Bens Patrimoniais

Fato

Verificamos que o Projeto mantém uma adequada sistemática de controle patrimonial dos bens adquiridos. Destacamos que a vistoria física dos bens adquiridos foi realizada, por amostragem, no Laboratório de Produtos Florestais - SFB, em Brasília, considerando que os demais bens adquiridos sob a responsabilidade da ICMBio se encontra espalhados pelas diversas FLONAS localizadas nas proximidades da BR-163 e na região Purus-Madeira, objeto deste Projeto.

Desta forma, realizamos inspeção física da Máquina Universal de ensaios mecânicos para área de engenharia, física e energia operação automática, onde verificamos que ela se encontra em ótimo estado de conservação e utilizada nas atividades do Projeto.

1.1.9 Gerenciamento dos deslocamentos

1.1.9.1 INFORMAÇÃO

Gerenciamento de Deslocamentos

Fato

Verificamos que as despesas relacionadas à concessão de diárias e passagens detalhadas nos SOEs apresentados no exercício de 2017, resumiram-se ao deslocamento de um colaborador eventual, e que se deram em cumprimento de atividades exclusivas do Projeto, estando os valores e os critérios de concessão de acordo com as regras aplicáveis.

1.1.10 Contratação de Pessoas Jurídicas

1.1.10.1 INFORMAÇÃO

Aquisição de Bens e Serviços.

Fato

Verificamos, por amostragem, os processos de aquisição e pagamento de bens, obras e serviços realizados com recursos do Projeto, sendo constatado, no que se refere aos seus aspectos mais relevantes, que os procedimentos de aquisição e pagamento foram

realizados em observância às diretrizes do Banco e da legislação nacional aplicável, estando respaldados por documentação de suporte válida.

Destacamos que, na amostra realizada, em dois processos de pagamentos da empresa Nutricash Serviços Ltda., foi necessário que o Projeto apresentasse informações e documentos complementares abordando o detalhamento de cada nota fiscal paga (abastecimento/manutenção de veículos de unidades regionais - Flonas), comprovando que foram realizadas em conformidade com a finalidade do Projeto.

IV – CONCLUSÃO

Com base nos trabalhos de auditoria realizados, somos de opinião que são mantidos controles internos adequados para a implementação das atividades do Projeto no âmbito do Agente Executor e Coexecutor, que foram objeto de exames, em seus aspectos mais relevantes, considerando, no entanto, a necessidade de implementação das providências recomendadas pela consultoria independente do KfW para incrementar o nível de execução do Projeto.

Brasília/DF, 13 de junho de 2018.